



**Relatório da 7.<sup>a</sup> reunião do Grupo de  
Trabalho sobre o Futuro do Acordo  
Internacional do Café  
24 de junho de 2020**

Item 1:	Adoção da ordem do dia .....	2
Item 2:	Relatório da 6. <sup>a</sup> reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 30 de abril de 2020 .....	2
Item 3:	Propósito e missão da OIC – Questões fundamentais .....	2
Item 4:	Próximas etapas .....	15
Item 5:	Outros assuntos .....	15
Item 6:	Data da próxima reunião .....	15

1. O Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café (GTFA) reuniu-se pela sétima vez em 24 de junho de 2020. A Presidente, Sr.<sup>a</sup> Stefanie Küng, da Suíça, deu as boas-vindas a todos os participantes e observou que esta era a terceira reunião que se realizava virtualmente, com uso do software GoToWebinar, devido às restrições da política de distanciamento social em vigor durante a pandemia do covid-19.

2. Representantes dos seguintes Membros estavam presentes virtualmente, usando o software GoToWebinar: Brasil, Colômbia, Cuba, El Salvador, Federação Russa, Gana, Honduras, Indonésia, Japão, Madagascar, México, Nicarágua, Papua-Nova Guiné, Peru, Quênia, Reino Unido, Serra Leoa, Suíça, Tanzânia, Togo e União Europeia.

**Item 1: Adoção da ordem do dia**

3. A ordem do dia que figura no documento [WGFA-38/20](#) foi adotada.

**Item 2: Relatório da 6.<sup>a</sup> reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 30 de abril de 2020**

4. A Presidente fez um resumo do trabalho do GTFA até o momento, baseando-se, em particular, no relatório do última reunião, que figura no documento [WGFA-37/20](#).

5. O Grupo de Trabalho tomou nota do relatório.

**Item 3: Propósito e missão da OIC – Questões fundamentais**

6. A Presidente notou que a discussão seria dividida em cinco partes: (1) Objetivos da OIC; (2) Funções da OIC; (3) Parceiros necessários para implementar o AIC; (4) Recursos necessários para implementar o AIC; e (5) Estrutura para a tomada de decisões.

**(1) Objetivos da OIC**

7. A Presidente notou que muitos países produtores de café desejavam uma redistribuição de renda por toda a cadeia global de valor e perguntavam o que podia ser conseguido concreta e realisticamente nesse sentido dentro das condições prevalentes em um clima de mercado livre. A Presidente convidou o Diretor-Executivo a usar a palavra e compartilhar suas opiniões.

8. O Diretor-Executivo notou que os Objetivos constavam do Pilar A do trabalho do GTFA e que, até o momento, a maioria das sugestões de mudanças ao Acordo propostas pelos Membros haviam sido relativamente modestas, concentrando-se na atualização de referências à evolução recente de questões relativas à sustentabilidade, como, por exemplo, a substituição do termo "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" por "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". No entanto, haviam surgido algumas novas preocupações com tópicos como a regulamentação apropriada das bolsas de futuros e dos fundos de investimento; a crescente concentração do mercado entre torrefadores e comerciantes; e a ênfase dada à inovação e à transferência de tecnologia. Preocupações especiais com a promoção da resiliência dos pequenos cafeicultores haviam sido externadas. A OIC aguardava propostas de dois Membros acerca da inclusão de referências a renda condigna.

9. A Presidente perguntou aos delegados se as novas questões delineadas pelo Diretor-Executivo refletiam as mudanças no mercado cafeeiro nos últimos 13 anos, desde que o texto do atual Acordo fora negociado em 2007. Havia algo mais que deveria ser incluído? Ela ofereceu a palavra a todos os delegados, para comentários.

10. O delegado do Brasil disse que uma discussão do Acordo em termos mais amplos era oportuna e que a ordem do dia estava bem elaborada.

11. O delegado da Indonésia afirmou que era hora de revisar os objetivos, funções, papéis e mecanismos da Organização, pois o café era uma fonte essencial de renda para os pequenos cafeicultores e a OIC desempenhava um papel importante na concretização de um setor cafeeiro mais sustentável. Os objetivos do AIC deveriam voltar a se concentrar no problema central dos preços baixos do café. A pandemia do covid-19 acentuara a queda dos preços e seu impacto nos ganhos dos cafeicultores. Todos os aspectos econômicos, ambientais e sociais precisavam ser levados em conta. Objetivos cruciais eram capacitar a OIC a contribuir para alcançar preços remuneradores, reduzir a volatilidade e melhorar a sustentabilidade. Como esses objetivos poderiam ser traduzidos em ações concretas? A OIC precisava atualizar e fortalecer a implementação do Plano de Ação Quinquenal. O Plano de Ação precisava ser monitorado e avaliado e levar em conta os desafios advindos da pandemia do covid-19.

12. O delegado da Federação Russa afirmou que a Organização deveria se concentrar na melhoria da cooperação internacional em matéria de produção, comércio e processamento de café. O desequilíbrio entre a oferta e a demanda deveria ser a prioridade máxima da OIC. Melhorias deveriam ser conseguidas nos princípios básicos aplicáveis à oferta de café em grão, à harmonização dos padrões de qualidade e à redução

do papel dos intermediários nas cadeias produtivas. A Federação Russa apoiava os Membros produtores da OIC. A participação do setor privado na OIC era crucial, e a OIC deveria melhorar seus mecanismos de cooperação com o setor privado. Ele propôs a inclusão de mais representantes do setor privado na Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC), sobretudo de companhias que pertenciam ao meio do setor – isto é, as que trabalhavam com processamento de café, embalagem, logística, desenvolvimento de novas soluções de alta tecnologia e digitais. Ele também mencionou a importância da FTPPC e do Comitê de Projetos, notando que a OIC poderia atrair mais financiamento de doadores internacionais para projetos específicos e especiais, com o intuito de aumentar o potencial dos produtores de café, dos pequenos em particular. Sob os auspícios da FTPPC, um site especial poderia ser lançado com informações sobre a oferta e a demanda de café e sobre contatos relevantes de companhias que exportam e importam café. Esse portal, no âmbito da OIC, contribuiria para reduzir intermediários na cadeia produtiva, dando maior estabilidade e sustentabilidade ao mercado global de café. A OIC deveria acolher novas parcerias com outras organizações internacionais que pudessem contribuir para o aumento de sua capacidade analítica.

13. O delegado da Colômbia sugeriu contemplar o quadro mais amplo, isto é, o que os Membros esperavam da OIC. A OIC não podia regular o mercado nem mudar os preços do café, o mercado era livre. Todos os especialistas pareciam concordar em que o café continuaria a ser consumido, apesar dos efeitos negativos do coronavírus. No entanto, um problema estrutural existia, isto é, um desequilíbrio na cadeia de valor do café, no final da qual alguns atores da cadeia recebiam a maior parte do valor. Em muitos países os cafeicultores não conseguiam um ganho de vida decente. A OIC deveria atuar como catalisadora no encontro de maneiras para tentar reverter esse desequilíbrio na cadeia de valor do café. Isso poderia ser feito em parte através de cooperação e trabalho com o setor privado. A OIC deveria operar em nome dos cafeicultores. Seu objetivo também deveria ser o aumento do consumo, nos países consumidores e nos países produtores. As barreiras comerciais precisavam ser reduzidas, em especial nos países em que os impostos sobre o café são muito altos. Essas barreiras impediam que os produtores exportassem, negando-lhes acesso aos mercados. Como a OIC poderia contribuir para aumentar o consumo e defender maior transparência, em benefício de todos? E como a OIC poderia ajudar a remover obstáculos ao comércio e exercer pressões em favor de um fluxo global de café? Os consumidores precisavam ser conscientizados desse enorme desequilíbrio – a OIC deveria ser uma defensora e uma voz pública que apoia o elo mais fraco da cadeia de valor. A OIC não podia regular o comércio de café, mas deveria ser uma defensora pública de mudanças, mostrando as distorções e desequilíbrios do setor cafeeiro.

14. O delegado do Brasil disse que concordava com os comentários da Colômbia e da Federação Russa. As perdas econômicas haviam sido a principal razão da criação da OIC. A partir de 1989, ela havia perdido seu motivo inicial para existir e sido incapaz de resolver os problemas que afetavam o mercado. A Organização não tinha condições de interferir no mercado livre. O principal motivo da continuação de sua existência era o de servir como plataforma para tratar dos grandes problemas do setor cafeeiro. A FTPPC era um bom começo, sobretudo através do envolvimento do setor privado. A OIC precisava ouvir o setor privado e tentar estimular as trocas de ideias e ações entre as partes que desejavam mudanças. Ela não deveria ser demasiado rígida nem estrita. A Força-Tarefa precisava ser um espaço aberto a ideias sobre parcerias e para cooperação técnica. A participação do setor privado em geral precisava ser fortalecido, pois ele era a maior fonte de emprego em todos os países: ele pagava impostos e enriquecia governos. A FTPPC era um fórum para o setor privado e os governos discutirem desequilíbrios do mercado e deveria se concentrar no elo mais fraco da cadeia de valor do café, os pequenos cafeicultores. Politicamente, a OIC tinha o compromisso de ajudar os mais fracos e uma responsabilidade pela sustentabilidade econômica, ambiental e social de todo o setor. A Secretaria deveria coletar, analisar e discutir ideias provenientes de todas as fontes. Todos deveriam compreender que a OIC não podia controlar o mercado, mas precisavam entendê-la e cooperar com sua função de fórum no qual lidar com os desequilíbrios.

15. O delegado do México disse que falava como "*a voz dos numerosos pequenos cafeicultores*" de seu país e que o resultado deveria ser uma descomoditização do setor cafeeiro. Descomoditização implicava mitigar a volatilidade e garantir que os preços de mercado refletissem a oferta e a demanda físicas. O México vinha enfatizando isso nas duas últimas décadas. O mercado precisava considerar os custos de produção e um lucro mínimo no mundo inteiro, para que os cafeicultores do mundo inteiro pudessem ter uma vida condigna. Lucro mínimo significava uma situação vantajosa para todos os elos da cadeia produtiva e implicava sua transparência e compromissos claros da indústria e dos governos. Novos mecanismos precisavam ser definidos para garantir que os produtores recebessem uma parcela mínima do preço pago pelos consumidores. Algumas companhias na Suíça já estavam fazendo isso, mas a prática precisava de maior difusão. Os custos de produção precisavam ser cobertos. O México queria usar a Força-Tarefa para discutir estas questões e mitigar a pobreza. Ele citou o exemplo da melhoria de serviços por provedores para garantir que o valor agregado na cadeia produtiva fosse claro, transparente e otimizado. As diferenças técnicas entre países precisavam ser reduzidas a nível local.

16. O delegado do Peru listou alguns objetivos importantes para a OIC: (1) atuar como referência global para informações sobre café, contribuindo para possibilitar a tomada de boas decisões públicas e para que os produtores tomassem conhecimento de melhores práticas; (2) promover o consumo de café nos países Membros; e (3) facilitar o financiamento de projetos específicos visando à melhoria da produtividade e à retificação de desequilíbrios na cadeia de valor. No tocante este último objetivo, ele sugeriu o estabelecimento de uma estrutura cooperativa para permitir às partes intercambiar materiais tais como sementes, de maneira fluida e sem barreiras.

17. O delegado de Honduras afirmou que a OIC era uma organização histórica para produtores e consumidores. Ela precisava se adaptar aos tempos correntes, que requeriam profundas mudanças. Uma longa ponte ainda precisava ser cruzada. A Organização precisava apoiar tanto preços mais altos quanto as famílias que dependiam do café. Ele apoiava a Força-Tarefa e queria que a OIC sobrevivesse, mas julgava que mudanças eram necessárias.

18. A Presidente agradeceu aos delegados por seus comentários e deu este item por encerrado.

## **(2) Função da OIC**

19. A Presidente deu a palavra ao Diretor-Executivo.

20. O Diretor-Executivo disse que, no contexto do GTFA, as funções da Organização eram parte do Pilar D. Esta seção continha capítulos referentes a vários órgãos assessores e ao trabalho da OIC, incluindo a remoção de obstáculos ao comércio e ao consumo, a promoção e desenvolvimento do mercado, medidas relativas ao café processado, misturas e sucedâneos, atividades na área de projetos e informações estatísticas. Também eram parte do Pilar D itens referentes à Junta Consultiva do Setor Privado, à Conferência Mundial do Café e ao Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro, que seriam discutidos mais tarde.

21. As atuais funções da OIC refletiam o Plano de Ação Quinquenal, que resultara de um processo de consulta com os Membros. O Plano continha três metas estratégicas: (1) disponibilizar dados, análises e informações de categoria mundial ao setor cafeeiro e aos formuladores de políticas; (2) usar o poder convocatório da Organização para instrumentalizar um fórum para o diálogo entre os setores público e privado e dentro deles (3) facilitar o desenvolvimento de projetos e de programas de promoção através de parcerias público-privadas. O Plano se mostrava suficientemente flexível para

possibilitar à OIC levar adiante seu trabalho e se adaptar. No âmbito do Pilar D, as propostas de mudanças davam ênfase à ajuda aos pequenos cafeicultores e às preocupações com a concentração nas etapas iniciais da cadeia de valor.

22. A Presidente acrescentou que a ausência de propostas substantivas de mudanças sugeria que o Acordo já contemplava a maior parte das opiniões dos Membros. Ela notou o desejo dos Membros de que a OIC tivesse um papel mais significativo na área de projetos, pois a Organização já não tinha acesso privilegiado aos recursos do Fundo Comum para os Produtos Básicos. A Presidente pediu aos delegados que apresentassem opções.

23. O delegado do Brasil afirmou que as funções estavam em ordem e que o problema residia em sua implementação. A capacidade da OIC de promover o consumo de café era limitada. O setor privado vendia e fazia o marketing de seus produtos; ele era o único ator do setor cafeeiro capaz de influenciar o consumo. A OIC, portanto, precisava colaborar de perto com empresas do setor privado. Ele enfatizou a importância da Força-Tarefa como meio de revigorar a Organização. A OIC era uma plataforma e não uma força em si mesma; ela não podia e não devia competir com o livre mercado. O Acordo deveria criar uma Organização como fórum para o debate. A Força-Tarefa precisava atrair agências de cooperação internacional como a GIZ e a JICA para ampliar a cooperação técnica entre atores, com o fito de corrigir desequilíbrios. Projetos técnicos deveriam ser introduzidos para ajudar os produtores a se tornar mais sustentáveis e a participar com mais vigor no mercado mundial. O Brasil estava disposto a compartilhar experiências e a participar de cooperação técnica, ao mesmo tempo que valorizando a diversidade do mercado.

24. O delegado da Indonésia lembrou ao Grupo de Trabalho que discussões anteriores haviam levado à compreensão da ambição dos Membros de modernizar a Organização e de criar uma cadeia de valor mais equilibrada e resiliente. A OIC tinha muitos fóruns de consulta, especialmente o Fórum dos CEOs e Líderes Globais e a FTPPC, que davam ensejo a colaboração multiparticipativa e a parcerias. A Indonésia acreditava que as parcerias multiparticipativas podiam gerar mais recursos para a consecução dos objetivos da OIC. Com respeito ao consumo, ele sugeria incentivar e promover vendas on-line, que cresciam e continuavam a crescer substancialmente devido à pandemia do covid-19. A Indonésia esperava contar com o apoio da OIC e do setor privado na concepção e criação, por exemplo, de vídeos promocionais para uma campanha global de promoção do café nas plataformas das redes sociais. A OIC também deveria se engajar em colaborações com nutricionistas ou bloggers para incentivá-los a promover os importantes benefícios do café para a saúde e, portanto, promover o consumo.

25. O delegado de Papua-Nova Guiné concordava com as funções delineadas pelo Diretor-Executivo, que eram inclusivas. A questão era sua execução. A Força-Tarefa era uma boa iniciativa, mas seria necessário tempo até ver-se o que podia ser conseguido. No futuro, a OIC deveria atuar como catalisadora de mudanças, não como executora, reunindo atores que trouxessem mudanças. O mercado livre criara um desequilíbrio notado pelos oradores anteriores, e os vários atores na cadeia de valor precisavam reconsiderar o que estavam fazendo. Qual seria a função da OIC na coordenação da oferta no futuro? O exame do desequilíbrio estrutural dentro do setor produtivo sugeria soluções potenciais, que incluíam a transferência de tecnologia, com ênfase nos pequenos cafeicultores, e um foco na rentabilidade em vez de no preço. Com respeito a promoção, a OIC não deveria promover diretamente o consumo de café, mas incentivar o setor privado a se unir, isto é, a OIC, funcionando como catalisadora, deveria fazer com que o setor privado promovesse o café e com que as empresas privadas investissem recursos em projetos para conseguir mudanças. Com exemplos, ele citou os Festivais do Café na China, financiados pela OIC no final dos anos 90, e a criação do Dia Internacional do Café (um catalisador de ação pelo setor privado).

26. O delegado da Nicarágua concordou com as delegações anteriores e se alinhou com suas opiniões. Ele particularmente concordava com Papua-Nova Guiné em que a OIC deveria atuar como catalisadora de mudanças. Os Membros formavam a Organização, e a Secretaria era seu instrumento. Os Membros tinham uma responsabilidade conjunta. A Nicarágua desejava destacar os esforços da Força-Tarefa, que era um bom exemplo do que podia ser alcançado. Seu país acreditava que o setor privado precisava de um papel mais importante e exercer mais influência. Os governos deveriam atuar como formuladores de políticas. A Força-Tarefa era uma boa oportunidade, e a Nicarágua esperava colaborar nessa iniciativa. O Acordo requeria regras e objetivos claros, mas permitindo que o setor privado seguisse as regras da oferta e da demanda.

27. A Presidente agradeceu aos delegados por seus comentários e deu este item por encerrado.

### **3) Parceiros necessários para implementar o AIC – *Papel do setor privado***

28. A Presidente deu a palavra ao Diretor-Executivo.

29. O Diretor-Executivo afirmou que este item também era parte do Pilar D. Em termos gerais, a participação do setor privado poderia se basear em associações (como na Junta Consultiva do Setor Privado) ou em companhias (como na FTPPC). Qualquer que fosse sua composição, tratava-se de entidades com pouco poder decisório autônomo.



30. Uma questão correlata era a de encontrar maneiras como o setor privado poderia contribuir para a sustentabilidade financeira da Organização. Decisões estratégicas precisavam ser tomadas, pois podia-se presumir com segurança que quem contribuísse com recursos para a Organização desejaria opinar quanto ao uso dos mesmos.

31. O Chefe de Operações apresentou possíveis modelos para integração do setor privado disponíveis dentro do sistema multilateral. Ele mencionou o exemplo da União Internacional de Telecomunicações (UIT), que, ligada a um setor industrial específico – o setor de tecnologias da informação e comunicação –, tinha algumas semelhanças com os organismos internacionais de produtos básicos. A UIT era a organização internacional de âmbito global mais antiga. No momento participavam da UIT 193 estados membros e cerca de 900.000 empresas privadas, instituições de pesquisa e outras organizações internacionais. A participação na UIT mostrava que ela era uma plataforma global sem semelhantes em matéria de parcerias público-privadas. Ela tinha dois tipos de participação: membros do setor e estados membros. O Artigo 19 de sua Convenção incentivava a participação e as parcerias público-privadas. De forma análoga, participavam da Organização Mundial do Turismo (OMT/UNWTO) estados membros e também o setor privado. Sua estrutura decisória ainda precisava ser examinada em maior detalhe.

32. A Presidente afirmou que achava interessante considerar como o setor privado podia ser integrado na OIC. Os Membros queriam manter a OIC como instituição puramente intergovernamental? Ou havia uma maneira de integrar o setor privado sem comprometer o caráter intergovernamental essencial da Organização? Ela ofereceu a palavra a todos os delegados.

33. O delegado do Brasil disse que um organismo dedicado a uma commodity precisava manter o diálogo com o setor privado, que respondia pela criação de valor. Os governos tinham a responsabilidade de corrigir desequilíbrios. Isso precisava ser feito através de leis e a nível nacional, pois só legislação podia controlar a ganância do setor privado. O setor privado deveria ser integrado no processo decisório, com isso transformando sua ganância em uma força positiva. Ele disse que favorecia uma discussão mais aprofundada, e que a Força-Tarefa já existia para tratar de alguns dos desequilíbrios existentes. Tratar deles também beneficiaria o setor privado de muitas formas. Os governos precisavam defender seus ideais mais altos e também tinham responsabilidades em termos de sustentabilidade ambiental e social. Se a Força-Tarefa pudesse trabalhar de modo vibrante, inovador e produtivo, ela seria um portal excelente para a participação do setor privado.

34. O delegado do México disse que a OIC deveria ser um ponto de referência para os governos e o setor cafeeiro em termos de oferta e demanda. Era preciso conseguir o mapeamento mundial de barreiras, oportunidades para os fluxos do café, valor, uma cadeia produtiva equilibrada e oportunidades para o aumento do consumo. A Força-Tarefa era a melhor maneira de compartilhar metas. A OIC também precisava definir uma agenda global para o café, com inovação e pesquisa participativa e aplicada. A OIC deveria ser um serviço compartilhado para os setores público e privado.

35. O delegado da Indonésia afirmou que os preços baixos do café e o covid-19 limitavam o papel dos governos na provisão de sustentabilidade financeira para a consecução dos objetivos da Organização. A esse respeito, o papel da indústria era crucial para a mobilização de recursos que permitissem à Organização gerar benefícios concretos para seus Membros. Iniciativas como o Fórum dos CEOs e Líderes Globais, a FTTPC e a Junta Consultiva do Setor Privado mostravam as conexões da Organização com o setor privado. O papel do setor privado, porém, precisava ser considerado cuidadosamente, pois o setor privado estava interessado em promover suas marcas.

36. O delegado do Peru afirmou que a participação financeira do setor privado era necessária. Ele disse que os Membros precisavam refletir sobre maneiras diferentes pelas quais a comunidade de negócios poderia participar das reuniões da OIC mais regularmente e dentro de estruturas flexíveis.

37. A Presidente notou que modelos como a UIT precisavam ser explorados mais a fundo para averiguar, por exemplo, como lidavam com o problema da tomada de decisões.

38. O delegado da Colômbia disse que dois tópicos deviam ser mantidos em mente: (1) os grandes torrefadores sabiam como se tornar mais ricos, eles conheciam o mercado bem, enquanto a maioria dos países passava por dificuldades; e (2) os Membros precisavam ter cautela quanto ao possível uso da OIC pelo setor privado para promover suas próprias marcas. A parte que tinha o talão de cheques mais polpudo tendia a ditar a agenda; assim, o processo decisório precisava ser considerado meticulosamente. Os objetivos dos países produtores e das multinacionais eram diferentes.

39. O delegado do Brasil concordou e acrescentou que era essencial pensar sobre o montante e a contribuição da participação de cada empresa e associação privada na Organização, para que o poder financeiro não fosse usado para controlar a OIC. Ele concordava com a Colômbia, mas pensava que os produtores também se beneficiariam

dos projetos que fosse possível acordar com os parceiros envolvidos. A Organização precisava agir para evitar se tornar irrelevante, inserindo-se no mundo real e se tornando mais eficaz.

40. O delegado do México disse que compartilhava o ponto de vista da Colômbia de que seria preciso examinar os processos decisórios da UIT. Ele deu um exemplo de seu próprio país. O México estabeleceu um Conselho Coordenador Empresarial, um órgão consultivo governamental que coordenava a ajuda do setor privado. A OIC precisava contemplar um quadro mais amplo e coordenar vários governos e companhias.

41. O delegado de Honduras disse que concordava com a Colômbia e o Brasil e que era necessário procurar paralelos e examinar mais a fundo o exemplo da UIT.

42. A Presidente agradeceu aos delegados por seus comentários e deu este item por encerrado.

#### **(4) Recursos necessários para implementar o AIC**

43. A Presidente convidou o Diretor-Executivo a apresentar este ponto.

44. O Diretor-Executivo disse que os Membros da OIC, em discussões internas, já haviam aventado ideias acerca da sustentabilidade financeira da Organização. No tocante às receitas de contribuições, o Conselho adotara a Resolução 470, que instituía a suspensão temporária de Membros em atraso persistente, para incentivar o pronto pagamento de contribuições. O conteúdo deveria ser inserido no Acordo, como proposto pela União Europeia. Possíveis fontes de recursos incluíam fluxos adicionais de receita através, por exemplo, de: vendas de assinaturas (especialmente de dados estatísticos); organização de conferências; e doações de organizações internacionais, agências de desenvolvimento e setor privado. A ação destas últimas já envolvera as atividades incluídas na formação da FTPPC. Havia grande boa-vontade dos atores; ele estimava que no ano cafeeiro anterior a OIC recebera £200.000 na forma de contribuições diretas e em espécie. Essa soma representava quase 10% do Orçamento total da Organização. Uma possível ideia seria trabalhar com dois orçamentos, um orçamento principal (atividades centrais), financiado por contribuições dos Membros; e um orçamento operacional, financiado por outras receitas e doações. Até certo ponto isso já vinha sendo feito, na forma das doações recebidas através da Força-Tarefa. O Diretor-Executivo se perguntava se o modelo em foco seria apropriado para uma organização do tamanho da OIC.

45. O Chefe de Operações compartilhou sua experiência na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI). No orçamento da ONUDI para 2018/19, o financiamento dos custos operacionais dividia-se entre contribuições fixadas e um orçamento paralelo, com valores equivalentes. O orçamento central permitia acesso a certos recursos, mas recursos adicionais eram necessários para levar a cabo o trabalho da entidade. O orçamento operacional, enquanto isso, ficava condicionado à mobilização de recursos extras para, então, serem realizadas atividades adicionais. Ele comentou que uma combinação dos dois era necessária. Ele também citou o exemplo da Organização Mundial de Turismo (OMT/UNWTO), em que os Membros de pleno direito financiavam parte do orçamento e o restante vinha de outras fontes, através de participações associadas ou afiliadas, que eram abertas a instituições de pesquisa e empresas privadas. O modelo poderia ser adaptado à OIC.

46. A Presidente perguntou ao Grupo de Trabalho se havia outras mudanças ao Acordo que eles desejavam considerar para atrair novos recursos. Ela ofereceu a palavra a todos, para debate.

47. O delegado do Brasil afirmou que esta questão seria discutida da próxima reunião do Comitê de Finanças e Administração, em 2 de julho. Ele enfatizou que a Organização precisava cortar custos para sobreviver, sobretudo depois do impacto econômico do covid-19. O sistema multilateral como um todo estava sob crescente escrutínio em relação a sua eficiência. Tinha-se agora a oportunidade discutir a eficiência e os custos da OIC e de revisar o Acordo. Segundo ele, a sobrevivência da OIC era importante.

48. O delegado da Indonésia enfatizou a importância de enfrentar desafios atuais, como a revisão do AIC. A Indonésia via com bons olhos os esforços investidos pela OIC na realização do seminário virtual sobre o covid-19, em que ela recepcionara o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, a Specialty Coffee Association e outras entidades. Ele ressaltou que uma das questões levantadas durante o seminário fora "Que fundos estão disponíveis e como os cafeicultores podem acessá-los?". A OIC deveria expandir sua participação, sobretudo engajando o Reino Unido para se afiliar como Membro. A OIC também deveria diversificar suas receitas, cobrando taxas mais altas pelo fornecimento, por assinatura, de dados estatísticos, análises do mercado e, anualmente, do Relatório sobre o Desenvolvimento do Café. Outras receitas poderiam ser geradas por conferências internacionais a pagamento e pela venda de espaço publicitário.

49. O delegado de Honduras afirmou que era necessário cortar custos.

50. O delegado da Federação Russa concordou quanto à necessidade de cortar os custos pertinentes, otimizando o uso do Orçamento. Sugestões incluíam reduzir custos relativos a reuniões e serviços de idiomas, bem como à mudança da sede. Conferências on-line para os produtores de café também poderiam ser uma fonte de receita para a Organização. Contribuições em atraso não deveriam constituir um peso para outros Membros que pagavam suas contribuições pontualmente.

51. A Presidente concordou que a situação financeira era a questão mais premente que a Organização enfrentava. Dentro do GTFA, porém, a discussão deveria se concentrar no futuro do Acordo.

52. O Diretor-Executivo respondeu à Indonésia afirmando que a OIC vinha-se engajando com o governo do país-sede (Reino Unido) há mais de um ano, e que progresso substancial fora conseguido. O governo do Reino Unido estava empenhado em se tornar Membro da Organização imediatamente depois de concluído o período de transição de sua partida da União Europeia. Questões financeiras seriam discutidas durante a reunião do Comitê de Finanças e Administração e todos os pontos suscitados na reunião em curso seriam avaliados no preparo do Orçamento revisado.

53. A Presidente concluiu dizendo que era importante cortar custos e diversificar receitas. Ela então deu este item por encerrado.

#### **(5) Estrutura para tomada de decisões**

54. A Presidente deu a palavra ao Diretor-Executivo, para comentários.

55. O Diretor-Executivo afirmou que alguns dos tópicos eram parte do Pilar C, e outros poderiam ser decididos pelo Conselho e, portanto, não precisavam ser cobertos pelo Acordo. A atual estrutura compreendia os Comitês de Finanças e Administração, Promoção e Desenvolvimento de Mercado, Projetos e Estatística, complementados pela Junta Consultiva e a Conferência Mundial do Café. Até o momento, só a União Europeia havia sugerido uma mudança significativa, isto é, a combinação dos Comitês de Promoção e Desenvolvimento de Mercado, Estatística e Projetos em um Comitê de Economia. Não haviam sido recebidas propostas de mudanças na votação e no cálculo de contribuições. A OIC prepararia um estudo comparativo entre ela e outros organismos internacionais de produtos básicos.

56. A Presidente iniciou a discussão com as perguntas: "Precisamos de reuniões físicas do Conselho todos os anos, ou uma pode ser realizada on-line?" e "A estrutura dos Comitês ainda é apropriada?".

57. O delegado de Papua-Nova Guiné ressaltou dois pontos: (1) com respeito à frequência das sessões do Conselho, embora ele apreciasse as reuniões on-line, certos grupos estavam sendo excluídos de uma participação mais ativa nas reuniões devido à falta de recursos de interpretação. Além disso, grande parte da interação no Conselho acontecia informalmente nos corredores. Ele se opunha à realização de todas as reuniões on-line, mas estava disposto a aceitar uma sessão on-line por ano para ajudar a cortar custos; e (2) embora entendendo as razões por que a União Europeia queria fundir três comitês em um Comitê de Economia, ele frisou a importância e a necessidade do Comitê de Projetos. Quanto à tomada de decisões, ela sempre fora por consenso. A questão dos votos tinha relevância apenas para o cálculo de contribuições e merecia ser investigada mais a fundo. O delegado questionava, por exemplo, a necessidade de duas categorias de participação: Membros exportadores e importadores. A separação fora importante durante o período de quotas, mas deixara de ser relevante.

58. O delegado da Indonésia pôs em relevo a necessidade de maior envolvimento do setor privado e de examinar as práticas de outras organizações internacionais, como, por exemplo, a Organização Internacional do Cacau. Ele notou as implicações positivas de contribuições adicionais, mas disse que era preciso ter cautela quanto a potenciais conflitos de interesse se o setor privado se tornasse uma grande fonte de recursos para o orçamento ordinário da Organização. Ele sugeria que a OIC mantivesse o status quo e que a tomada de decisões continuasse a caber exclusivamente aos países Membros.

59. O Diretor-Executivo afirmou que não havia solução fácil para a forma de envolvimento financeiro do setor privado. Ele reconhecia o desejo de ampliar as fontes de financiamento da Organização e de possíveis compromissos no que dizia respeito ao poder decisório. Ele reiterou a "regra de ouro", isto é, aquele que tem ouro dita as regras. Ele notou que os Membros teriam de pensar com muito cuidado sobre a conveniência de diversificar os fluxos de receita ou manter a situação como estava.

60. O Chefe de Operações comentou que o caráter intergovernamental da OIC não seria necessariamente modificado. A tomada de decisões ainda caberia aos Membros. O setor privado ajudaria a estabelecer os objetivos e contribuiria financeiramente para sua consecução.

61. Não houve mais comentários, e a Presidente deu este item por encerrado.

**Item 4: Próximas etapas**

62. A Presidente notou que os quatro pilares do Acordo e o propósito e missão da OIC já haviam sido discutidos no Grupo de Trabalho. Ela notou que ainda havia muitas questões às quais retornar. Ela solicitou que a Secretaria redigisse um "não documento" contendo todos os elementos discutidos nesta reunião, para ajudar a levar adiante a discussão.

63. Ninguém mais pediu a palavra e o item foi encerrado.

**Item 5: Outros assuntos**

64. A Presidente notou que ninguém solicitara a discussão de outros assuntos.

**Item 6: Data da próxima reunião**

65. A Presidente notou que a Secretaria estaria totalmente ocupada com o Comitê de Finanças e Administração em julho. Ela sugeriu que o Grupo de Trabalho voltasse a se reunir durante a semana anterior à 127.ª sessão do Conselho Internacional do Café, que estava agendada para 7 a 11 de setembro de 2020. A próxima reunião, portanto, seria em 2 de setembro de 2020.

66. O delegado da União Europeia agradeceu a todos pelas sugestões e confirmou que 2 de setembro era apropriado para a UE, mas não 1.º de setembro.

67. A Presidente notou que nenhum outro comentário fora feito sobre essa data. O Comitê notou que a data da próxima reunião seria 2 de setembro de 2020.

68. A Presidente encerrou a reunião.